

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 42/XII/1.ª SL**

Aos 11 dias do mês de Janeiro de 2012, pelas 10:20 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

1. **Distribuição de iniciativas legislativas;**
2. **Apreciação e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 127/XII/1.ª (BE) - "Altera o Código do Registo Civil, tendo em conta a Procriação Medicamente Assistida, a adopção e o apadrinhamento civil por casais do mesmo sexo" Relator - Deputado Pedro Delgado Alves (PS);**
3. **Discussão e votação na especialidade da Proposta de Lei n.º 34/XII/1.ª (GOV) - "Procede à terceira alteração à Lei n.º 1/2005, de 10 de Janeiro, que regula a utilização de câmaras de vídeo pelas forças e serviços de segurança em locais públicos de utilização comum";**
4. **Discussão e votação na especialidade do Projecto de Lei n.º 121/XII/1.ª (PSD, PS, CDS-PP) - "Aprova o Regulamento Orgânico da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos";**
5. **Apreciação e votação de pareceres sobre iniciativas europeias, designadamente sobre:**
  - **COM (2011) 249 - Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho: Relatório sobre a avaliação intercalar do programa «Direitos fundamentais e cidadania» para o período 2007-2013 - Relatora - Deputada Elza Pais (PS);**
  - **COM (2011) 573 final - Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões rumo a uma política da UE em matéria penal: assegurar o recurso ao direito penal para uma aplicação efectiva das políticas da UE - Relator - Deputado Luís Pita Ameixa (PS);**
6. **Apreciação e votação de relatórios finais de petições;**
7. **Outros assuntos.**

Presidiu à reunião o Senhor Presidente da Comissão, Deputado Fernando Negrão (PSD).

Nota: aprovado a 01-02-2012

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 42/XII/1.ª SL**

No primeiro ponto da ordem de trabalhos, foi distribuída a seguinte iniciativa legislativa:

Proposta de Lei 38/XII/1.ª (GOV)	<a href="#">Procede à revisão do regime jurídico do arrendamento urbano, alterando o Código Civil, o Código de Processo Civil e a Lei n.º 6/2006, de 27 de Fevereiro</a>	Baixou à 1.ª, 6.ª e 11.ª Comissões, sendo competente a 11.ª	Relatora: Deputada Isabel Alves Moreira (PS)
----------------------------------	--	---	---

Foi ainda anunciada a baixa à Comissão, para os efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 128.º do Regimento da Assembleia da República, do Projecto de Resolução n.º 168/XII/1.ª (PCP), tendo em vista uma indicação dos Grupos Parlamentares sobre se pretendiam agendar a sua apreciação para futura reunião da Comissão ou se prefeririam a sua discussão em Plenário. O Senhor Deputado António Filipe (PCP) informou que a intenção do Grupo Parlamentar proponente era a da discussão do Projecto na Comissão, em reunião a agendar oportunamente.

N.º AUTOR	ASSUNTO	ADMISSÃO PUBLICAÇÃO	BAIXA COMISSÃO
168/XII/1.ª - PCP	<a href="#">Recomenda ao Governo que as instalações do Governo Civil da Guarda sejam utilizadas para instalar condignamente o Comando Distrital da PSP.</a>	04-01-2012	04-01-2012

O segundo ponto da ordem de trabalhos foi adiado para a reunião subsequente da Comissão, tendo em conta o adiamento da discussão na generalidade das iniciativas pendentes sobre a matéria e do anúncio da apresentação de novas iniciativas, a apreciar em Plenário por arrastamento, as quais se deliberou deverem ser relatadas pelo mesmo Relator, Senhor Deputado Pedro Delgado Alves (PS) - muito embora uma delas viesse a ser da sua autoria, o que foi considerado não obstar à sua designação

## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 42/XII/1.ª SL

como relator, a título excecional, por ser já relator das demais iniciativas sobre a matéria.

Procedeu-se então à discussão e votação na especialidade da [Proposta de Lei n.º 34/XII/1.ª \(GOV\)](#), que "*Procede à terceira alteração à Lei n.º 1/2005, de 10 de Janeiro, que regula a utilização de câmaras de vídeo pelas forças e serviços de segurança em locais públicos de utilização comum*".

A Proposta de Lei, da iniciativa do Governo, baixou à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias em 16 de Dezembro de 2011, após aprovação na generalidade, para discussão e votação na especialidade.

Apresentaram propostas de alteração os Grupos Parlamentares do PSD e do CDS-PP, conjuntamente, em 2 de Janeiro de 2012, do PS, do BE e do PCP, em 3 de Janeiro e, conjuntamente, do PSD e do CDS-PP em 10 de Janeiro.

Na reunião, na qual se encontravam presentes todos os Grupos Parlamentares, à excepção do PEV, a Comissão procedeu à discussão e votação na especialidade da Proposta de Lei, de que resultou o que abaixo se relata, tendo sido votadas as propostas de alteração apresentadas e as soluções da Proposta de Lei nos seguintes termos:

- ❖ Artigo 1.º (preambular) – *Alteração à Lei n.º 1/2005, de 10 de Janeiro* – aprovado por unanimidade;
- ❖ Artigo 2.º (da Lei n.º 1/2005)
  - N.º 1 – alínea b) – na redação da proposta de substituição apresentada pelo PS – rejeitada, com votos contra do PSD e do CDS-PP, votos a favor do PS e do BE e a abstenção do PCP; na redação da Proposta de Lei – aprovada, com votos a favor do PSD e do CDS-PP, votos contra do PS e a abstenção do PCP e do BE;
  - alínea c) – na redação da proposta de substituição, apresentada pelo PSD e pelo CDS-PP – aprovada por unanimidade; propostas

## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 42/XII/1.ª SL

de eliminação do texto constante da Proposta de Lei (com manutenção da redação da lei em vigor), apresentadas pelo PS, pelo BE e pelo PCP – prejudicadas pela votação anterior; alínea e) – proposta de eliminação apresentada pelo PS – rejeitada, com votos contra do PSD e do CDS-PP e votos a favor do PS, do PCP e do BE; propostas de eliminação apresentadas pelo BE e pelo PCP – prejudicadas pela votação anterior; na redação da Proposta de Lei – aprovada, com votos a favor do PSD e do CDS-PP e contra do PS, do PCP e do BE; alínea f) – aprovada por unanimidade;

❖ Artigo 3.º (da Lei n.º 1/2005)

- N.º 1 - proposta de eliminação do texto constante da Proposta de Lei (com manutenção da redação da lei em vigor), apresentada pelo PS – rejeitada, com votos contra do PSD e do CDS-PP e votos a favor do PS, do PCP e do BE; proposta de eliminação do texto constante da Proposta de Lei (com manutenção da redação da lei em vigor), apresentadas pelo BE e pelo PCP – prejudicadas pela votação anterior; na redação da Proposta de Lei – aprovado, com votos a favor do PSD e do CDS-PP e contra do PS, PCP e do BE;
- N.º 2 - proposta de eliminação do texto constante da Proposta de Lei (com manutenção da redação da lei em vigor), apresentada pelo PS – rejeitada, com votos contra do PSD e do CDS-PP e votos a favor do PS, do PCP e do BE; proposta de eliminação do texto constante da Proposta de Lei (com manutenção da redação da lei em vigor), apresentadas pelo BE e pelo PCP – prejudicadas pela votação anterior; na redação da proposta de substituição do PSD e CDS-PP – aprovado, com votos a favor do PSD e do CDS-PP e contra do PS, do PCP e do BE;
- N.º 3 - proposta de eliminação do texto constante da Proposta de Lei (com manutenção da redação da lei em vigor), apresentada pelo PS – rejeitada, com votos contra do PSD e do CDS-PP e votos a favor do PS, do PCP e do BE; proposta de eliminação do n.º 3 constante da Proposta de Lei, apresentada pelo BE – rejeitada, com votos contra do

## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 42/XII/1.ª SL

- PSD e do CDS-PP, votos a favor do PCP e do BE e a abstenção do PS; na redação da proposta de substituição apresentada pelo PCP – rejeitada, com votos contra do PSD e do CDS-PP e a favor do PS, do PCP e do BE; na redação da Proposta de Lei – aprovado, com votos a favor do PSD e do CDS-PP e contra do PS, PCP e do BE (passando o atual n.º 3 a n.º 4);
- N.º 4 – na redação da proposta de aditamento de um n.º 4 ao artigo 3.º da lei em vigor, apresentada pelo PS – prejudicada pela aprovação dos n.ºs 1, 2 e 3 constantes da Proposta de Lei;
  - N.º 5 – na redação da Proposta de Lei - aprovado, com votos a favor do PSD e do CDS-PP e contra do PS, PCP e do BE;
  - N.º 6 – proposta de eliminação do n.º 6 constante da Proposta de Lei, apresentada pelo BE – rejeitada, com votos contra do PSD e do CDS-PP, votos a favor do PCP e do BE e a abstenção do PS; na redação da Proposta de Lei - aprovado, com votos a favor do PSD e do CDS-PP e contra do PS, PCP e do BE;
  - N.º 7 – proposta de substituição apresentada pelo BE – rejeitada, com votos contra do PSD e do CDS-PP e votos a favor do PS, do PCP e do BE; na redação da Proposta de Lei - aprovado, com votos a favor do PSD e do CDS-PP e contra do PS, PCP e do BE;
- ❖ Artigo 4.º (da Lei n.º 1/2005) – na redação da Proposta de Lei – aprovado por unanimidade;
- ❖ Artigo 5.º (da Lei n.º 1/2005)
- N.º 1 – alínea c) – na redação da proposta de substituição da alínea c) apresentada pelo PS – rejeitada, com votos contra do PSD e do CDS-PP e votos a favor do PS, do PCP e do BE; alínea i) – na redação da Proposta de Lei – aprovada, com votos a favor do PSD, do PS, do CDS-PP e do PCP e a abstenção do BE;
  - N.º 2 – na redação da Proposta de Lei – aprovado, com votos a favor do PSD, do PS, do CDS-PP e do PCP e a abstenção do BE;
  - N.º 5 – na redação da proposta de substituição apresentada pelo BE – rejeitada, com votos contra do PSD e do CDS-PP, votos a favor do BE

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 42/XII/1.ª SL**

e abstenções do PS e do PCP; na redação da Proposta de Lei – aprovada, com votos a favor do PSD, do PS, do CDS-PP e do PCP e votos contra do BE;

- N.º 7 - na redação da Proposta de Lei – aprovado, com votos a favor do PSD, do PS, do CDS-PP e do PCP e a abstenção do BE;

❖ Artigo 7.º (da Lei n.º 1/2005)

- N.º 2 - proposta de eliminação do texto constante da Proposta de Lei (com manutenção da redação da lei em vigor), apresentada pelo PS – rejeitada, com votos contra do PSD e do CDS-PP e votos a favor do PS, do PCP e do BE; propostas de eliminação do texto constante da Proposta de Lei (com manutenção da redação da lei em vigor), apresentadas pelo BE e pelo PCP – prejudicadas pela votação anterior; na redação da Proposta de Lei – aprovada, com votos a favor do PSD e CDS-PP e votos contra do PS, do PCP e do BE;
- N.º 9 - proposta de eliminação do texto constante da Proposta de Lei (com manutenção da redação da lei em vigor), apresentada pelo PS – rejeitada, com votos contra do PSD e do CDS-PP e votos a favor do PS, do PCP e do BE; proposta de eliminação do texto constante da Proposta de Lei (com manutenção da redação da lei em vigor), apresentada pelo BE – prejudicada pela votação anterior; na redação da Proposta de Lei – aprovada, com votos a favor do PSD e CDS-PP e votos contra do PS, do PCP e do BE;
- N.º 10 - propostas de eliminação do n.º 10 constantes da Proposta de Lei, apresentadas pelo BE e pelo PCP – rejeitadas, com votos contra do PSD e do CDS-PP, votos a favor do PCP e do BE e a abstenção do PS; proposta de substituição apresentada pelo PS – rejeitada, com votos contra do PSD, do CDS-PP, do PCP e do BE e votos a favor do PS; na redação da proposta de substituição apresentada pelo PSD e pelo CDS-PP – aprovada, com votos a favor do PSD e do CDS-PP, votos contra do PCP e do BE e a abstenção do PS;
- N.º 11 - propostas de eliminação do n.º 11 constante da Proposta de Lei, apresentadas pelo BE e pelo PCP – rejeitadas, com votos contra do

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 42/XII/1.ª SL**

- PSD e do CDS-PP, votos a favor do PCP e do BE e a abstenção do PS;  
na redação da Proposta de Lei – aprovada, com votos a favor do PSD e do CDS-PP, votos contra do PCP e do BE e a abstenção do PS;
- N.º 12 - propostas de eliminação do n.º 12 constante da Proposta de Lei, apresentadas pelo BE e pelo PCP – rejeitadas, com votos contra do PSD e do CDS-PP, votos a favor do PCP e do BE e a abstenção do PS;  
na redação da Proposta de Lei – aprovada, com votos a favor do PSD e do CDS-PP, votos contra do PCP e do BE e a abstenção do PS;
- ❖ Artigo 8.º (da Lei n.º 1/2005)
- N.º 2 – na redação da Proposta de Lei – aprovado, com votos a favor do PSD e do CDS-PP, votos contra do PCP e do BE e a abstenção do PS;
  - N.º 3 – na redação da proposta de aditamento apresentada pelo PS – rejeitado, com votos contra do PSD e do CDS-PP e a favor do PS, do PCP e do BE; na redação da proposta de aditamento apresentada pelo PSD e pelo CDS-PP – aprovado por unanimidade;
- ❖ Artigo 9.º (da Lei n.º 1/2005)
- N.º 1 – na redação da Proposta de Lei – aprovado, com votos a favor do PSD, do PS, do CDS-PP e do PCP e a abstenção do BE;
  - N.º 4 – na redação da proposta de aditamento de um n.º 4, apresentada pelo PS – rejeitada, com votos contra do PSD e do CDS-PP e votos a favor do PS, do PCP e do BE; na redação da proposta de aditamento de um n.º 4, apresentada pelo PSD e pelo CDS-PP – aprovada, com votos a favor do PSD, do CDS-PP do PS e do PCP e a abstenção do BE;
- ❖ Artigo 10.º (da Lei n.º 1/2005)
- N.º 2 – na redação da Proposta de Lei – aprovado, com votos a favor do PSD e do CDS-PP, votos contra do BE e abstenções do PS e do PCP;
- ❖ Artigo 12.º (da Lei n.º 1/2005) – na redação da Proposta de Lei – aprovado por unanimidade;
- ❖ Artigo 2.º (preambular) – *Aditamento à Lei n.º 1/2005, de 10 de Janeiro* – aprovado por unanimidade;
- ❖ Artigo 15.º (da Lei n.º 1/2005) –

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 42/XII/1.ª SL**

- N.º 1 – na redação da Proposta de Lei – aprovado por unanimidade;
- N.º 2 – na redação da Proposta de Lei – aprovado, com votos a favor do PSD, do CDS-PP e do PCP e abstenções do PS e do BE;
- N.ºs 3 e 4 – na redação da Proposta de Lei – aprovado, com votos a favor do PSD, do CDS-PP, do PCP e do BE e a abstenção do PS;
- N.º 5 – corpo e alínea a) – na redação da proposta de substituição apresentada pelo BE – rejeitada, com votos contra do PSD e do CDS-PP e votos a favor do PS, do PCP e do BE; na redação da Proposta de Lei – aprovada, com votos a favor do PSD e do CDS-PP e abstenções do PS, do PCP e do BE; alínea b) – na redação da proposta de substituição apresentada pelo PS – rejeitada, com votos contra do PSD e do CDS-PP, votos a favor do PS e do BE e a abstenção do PCP; alínea b) – na redação da proposta de substituição apresentada pelo BE – rejeitada, com votos contra do PSD e do CDS-PP e votos a favor do PS, do PCP e do BE; na redação da Proposta de Lei – aprovada, com votos a favor do PSD e do CDS-PP e abstenções do PS, do PCP e do BE; corpo do n.º 5, na redação da Proposta de Lei – aprovado, com votos a favor do PSD e do CDS-PP e abstenções do PS, do PCP e do BE;
- N.º 6 – na redação da Proposta de Lei – aprovado, com votos a favor do PSD, do CDS-PP e do PS e votos contra do PCP e do BE;
- ❖ Artigo 3.º (preambular) – *Alteração à organização sistemática da Lei n.º 1/2005, de 10 de Janeiro* – aprovado por unanimidade;
- ❖ Artigo 4.º (preambular) – *Direito transitório e regulamentação*
  - N.º 1 – proposta de eliminação e de alteração da epígrafe (que passa a ser “Regulamentação”), apresentada pelo BE – aprovada por unanimidade; proposta apresentada pelo PSD e pelo CDS-PP, de teor idêntico à do BE – prejudicada pela votação anterior;
  - N.º 2 – na redação da Proposta de Lei – aprovado por unanimidade (passando a corpo do artigo, em resultado da votação anterior);
- ❖ Artigo 5.º (preambular) – *Avaliação legislativa* – aprovado por unanimidade;
- ❖ Artigo 6.º (preambular) – *Republicação* – aprovado por unanimidade;

## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 42/XII/1.ª SL

- ❖ Artigo 7.º (preambular) – *Entrada em vigor*
  - Proposta de aditamento de um n.º 2, apresentada pelo PS – rejeitado, com votos contra do PSD e do CDS-PP, votos a favor do PS e do BE e a abstenção do PCP;
  - Corpo – na redação da Proposta de Lei – aprovado por unanimidade.

Em seguida, teve lugar a discussão e votação na especialidade do [Projecto de Lei n.º 121/XII/1.ª \(PSD, PS, CDS-PP\)](#) - "*Aprova o Regulamento Orgânico da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos*".

O Projeto de Lei, da iniciativa dos Grupos Parlamentares do PSD, PS e CDS/PP, baixou à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias em 22 de Dezembro de 2011, após aprovação na generalidade, para discussão e votação na especialidade.

Os Grupos Parlamentares do PSD e do CDS/PP apresentaram uma proposta de alteração em 10 de Janeiro de 2012.

Na reunião, na qual se encontravam presentes todos os Grupos Parlamentares, à exceção do PEV, a Comissão procedeu à discussão e votação na especialidade do Projeto de Lei, de que resultou o seguinte:

- A Senhora Deputada Isabel Alves Moreira (PS) recordou que o Decreto da Assembleia da República, que tivera origem em iniciativa sobre a mesma matéria apreciada na anterior Legislatura (o Projecto de Lei n.º 621/XI), merecera o veto do Senhor Presidente da República;
- O Senhor Presidente da Comissão chamou a atenção para a norma de entrada em vigor da lei a aprovar – 1 de Janeiro de 2012 -, norma proposta quando da apresentação da iniciativa em Dezembro. Foi deliberado por unanimidade eliminar a norma, devendo aplicar-se a norma legal supletiva de *vacatio legis*. O Senhor Deputado António Filipe (PCP) assinalou que a iniciativa não

## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 42/XII/1.<sup>a</sup> SL

comportava aumento de encargos, pelo que se concluiu não haver violação da chamada lei-travão.

- ❖ Artigo único (incluindo a eliminação do seu n.º 2, que dispunha sobre a data da entrada em vigor da lei a aprovar) – *aprovado por unanimidade*;
- ❖ Anexo
  - Proposta de substituição do n.º 4 do artigo 3.º do anexo, apresentada pelos Grupos Parlamentares do PSD e do CDS/PP - *aprovada com votos a favor do PSD, PS, CDS/PP, PCP e BE e a abstenção da Senhora Deputada Isabel Alves Moreira (PS)*;
  - Restante articulado do anexo – *aprovado por unanimidade* (incluindo a emenda do artigo 5.º, que remetia erradamente para os artigos 3.º a 6.º, e deve remeter para os artigos 3.º e 4.º).

No quinto ponto da ordem de trabalhos, após ter sido adiada a apreciação e votação do parecer sobre a COM (2011) 573 final - *Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões rumo a uma política da UE em matéria penal: assegurar o recurso ao direito penal para uma aplicação efectiva das políticas da UE*, a pedido do Relator, Senhor Deputado Luís Pita Ameixa (PS), que não pôde estar presente, a Senhora Deputada Elza Pais (PS) apresentou o seu parecer sobre a COM (2011) 249 - *Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho: Relatório sobre a avaliação intercalar do programa «Direitos fundamentais e cidadania» para o período 2007-2013*, que foi aprovado por unanimidade. A propósito do modelo relativo ao conteúdo dos pareceres das Comissões competentes sobre as iniciativas europeias em escrutínio, o Senhor Deputado Pedro Delgado Alves chamou a atenção para a necessidade de uma adequação do RAR a esta realidade, até pela necessidade de adaptação do tipo de relatório a aprovar, em face da alteração da Lei n.º 43/2006, de 25 de Agosto, que visa reforçar os meios de acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do Processo de Construção da União Europeia.

Não havendo relatórios finais de petições a apreciar, o Senhor Deputado António Filipe (PCP) manifestou a sua preocupação com a pendência na Comissão, para efeitos de

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 42/XII/1.ª SL**

discussão e votação na especialidade, das iniciativas legislativas sobre enriquecimento ilícito, assinalando que o debate havido fora já suficiente para a recolha de opiniões sobre a matéria e sublinhando a necessidade de se chegar rapidamente a uma conclusão, o que considerou dever ocorrer até ao final do presente mês de Janeiro de 2012. O Senhor Deputado Hugo Velosa (PSD) disse comungar desta preocupação enquanto Coordenador do grupo de trabalho e propôs que, num prazo máximo de 15 dias, os trabalhos fossem retomados para serem concluídos, no que foi acompanhado pelos demais Grupos Parlamentares.

Foi ainda deliberado dar início à actividade do grupo de trabalho para acompanhamento do fenómeno da corrupção, tendo o respectivo Coordenador, Senhor Deputado Hugo Lopes Soares (PSD), lembrado que estavam também em discussão na Comissão as iniciativas do PS sobre transparência.

A Senhora Deputada Isabel Oneto (PS) propôs que, em face de algumas das conclusões dos relatórios das audições sobre as alegadas irregularidades no SIED, que apontavam para indícios de ilícitos, designadamente de tráfico de influências, os documentos fossem remetidos à Procuradoria-Geral da República.

Intervieram a este propósito os Senhores Deputados Hugo Velosa (PSD), António Filipe (PCP), Cecília Honório (BE) e Telmo Correia (CDS/PP), que manifestaram nada ter a objetar à divulgação à Procuradoria-Geral da República, tendo sido deliberado informar que o [relatório](#) se encontra disponível para consulta na página da Comissão no sítio do Parlamento, concluído que foi o processo de audições realizadas a propósito das alegadas fugas de informação nos Serviços de Informação da República Portuguesa e do alegado acesso aos registos telefónicos pessoais de um jornalista, assim dando conta do modo como a Assembleia da República exerceu as competências constitucional e regimentalmente definidas.

O Senhor Deputado António Filipe (PCP) informou ainda que a Comissão de Defesa Nacional, de que também era membro, deliberara promover a audição do Secretário-Geral do SIRP e do Diretor do SIED, o que parecia suscitar a necessidade de uma

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 42/XII/1.ª SL**

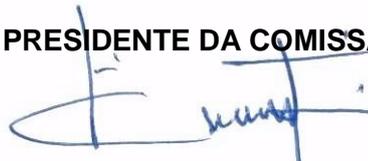
articulação com a 1.ª Comissão, atenta a sua competência na matéria, no que foi acompanhado pela Senhora Deputada Cecília Honório (BE).

O Senhor Presidente assinalou que, de acordo com informação que lhe fora prestada pelo Senhor Presidente da Comissão de Defesa Nacional, o objeto das audições, que se prendia com problemas na frente externa, era do âmbito de atribuições dessa Comissão, o que se comprometeu a esclarecer junto daquele, tendo o Senhor Deputado António Filipe (PCP) declarado que o que se pretendia era avaliar se a turbulência à volta do SIED poderia afetar a sua operacionalidade e funcionamento, pelo que não se auto-limitaria nas questões a colocar, pelo menos ao Secretário-Geral do SIRP.

A reunião foi encerrada às 11:45 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 11 de Janeiro de 2012

**O PRESIDENTE DA COMISSÃO,**



**(FERNANDO NEGRÃO)**



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E  
GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 42/XII/1.ª SL**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Andreia Neto  
Carla Rodrigues  
Carlos Peixoto  
Cecília Honório  
Fernando Negrão  
Filipe Neto Brandão  
Francisca Almeida  
Hugo Lopes Soares  
Hugo Velosa  
Isabel Alves Moreira  
Isabel Oneto  
João Oliveira  
Jorge Lação  
Maria Paula Cardoso  
Paulo Simões Ribeiro  
Ricardo Rodrigues  
Telmo Correia  
Teresa Anjinho  
Teresa Leal Coelho  
António Filipe  
Elza Pais  
Paulo Rios de Oliveira  
Pedro Delgado Alves

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Luís Pita Ameixa  
Manuel Meirinho Martins  
Sérgio Sousa Pinto

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

José Luís Ferreira